

# ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: ESTUDO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM PETRÓPOLIS/RJ (2018-2019)

## CARE FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: A STUDY OF THE REFERENCE CENTER IN PETRÓPOLIS/RJ (2018-2019)

**Flaviane da Silva Assompção**

Universidade Católica de Petrópolis,  
Brasil  
[flaviane.adv@hotmail.com](mailto:flaviane.adv@hotmail.com)

**Thais Justen Gomes**

Universidade Católica de Petrópolis,  
Brasil  
[thaisjustengomes@gmail.com](mailto:thaisjustengomes@gmail.com)

**Ana Caroline Nascimento**

Universidade Católica de Petrópolis,  
Brasil  
[carolventuramea@gmail.com](mailto:carolventuramea@gmail.com)

**Gabrielle Schmith Lamela**

Universidade Católica de Petrópolis,  
Brasil  
[gabrielleschmith@hotmail.com](mailto:gabrielleschmith@hotmail.com)

**Caroline Silva da Costa**

Universidade Católica de Petrópolis,  
Brasil  
[carolcosta4951@gmail.com](mailto:carolcosta4951@gmail.com)

**Received:** 02 Nov 2023

**Accepted:** 05 Dec 2023

**Published:** 22 Dec 2023

**Corresponding author:**

[flaviane.adv@hotmail.com](mailto:flaviane.adv@hotmail.com)



**Resumo:** O Centro de Referência de Atendimento à Mulher do Município de Petrópolis/RJ (CRAM Tia Alice) é o primeiro componente da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher estudado nas atividades empíricas do projeto “O enfrentamento da violência contra a mulher no município de Petrópolis: Mapeamento das Formas de Violência e Análise das Políticas Públicas”, financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O presente trabalho tem por objetivo apresentar o resultado desse estudo, consistente em uma análise dos atendimentos realizados na instituição. Classifica-se como um estudo analítico e descritivo. Na primeira seção é apresentado o CRAM enquanto instituição componente da rede de enfrentamento à violência. Na segunda é delineado o método utilizado para análise dos dados de atendimentos. Na terceira são apresentados os resultados obtidos da análise dos atendimentos dos anos de 2018 e 2019. Através dos trabalhos realizados foi possível a coleta de dados sensíveis sobre a violência contra a mulher e a atuação do CRAM Tia Alice, o que permitiu a sistematização desses dados e a consolidação de informações sobre a complexidade da violência contra a mulher no Município, no tocante aos anos de 2018 e 2019. Através dos resultados, torna-se possível a identificação de lacunas na coleta de dados e no atendimento; bem como identificação do perfil das usuárias do serviço e de como são impactadas pelas interseccionalidades, fatores sociais, econômicos e raciais diversos.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. rede de enfrentamento à violência. Centro de Referência de Atendimento à Mulher. CRAM Petrópolis.

**Abstract:** The Reference Center for Assistance to Women in the Municipality of Petrópolis/RJ (CRAM Tia Alice) is the first component of the municipal network for combating violence against women to be studied in the empirical activities of the project "Combating Violence against Women in the Municipality of Petrópolis: Mapping the Forms of Violence and Analysis of Public Policies",

funded by the Carlos Chagas Filho Foundation for Research Support in the State of Rio de Janeiro (FAPERJ). The aim of this paper is to present the results of this study, consisting of an analysis of the care provided at the institution. It is classified as an analytical and descriptive study. The first section presents CRAM as a component of the network for dealing with violence. The second section outlines the method used to analyze the care data. The third section presents the results obtained from the analysis of visits in 2018 and 2019. Through the work carried out, it was possible to collect sensitive data on violence against women and the work of CRAM Tia Alice, which made it possible to systematize this data and consolidate information on the complexity of violence against women in the municipality in 2018 and 2019. Translated with [www.DeepL.com/Translator](http://www.DeepL.com/Translator) (free version). Through the results, it becomes possible to identify gaps in data collection and service; as well as identifying the profile of service users and how they are impacted by intersectionalities, different social, economic and racial factors.

**Keywords:** Violence against women. Network to combat violence. Women's Service Reference Center. CRAM Petrópolis.

## 1. Introdução

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi instituído no ano de 2007 e consistiu em um acordo federativo que consolidou o compromisso de implementação e desenvolvimento de políticas públicas integradas em todo o território nacional, por todos os entes federativos. O objetivo central do pacto foi o de “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno”. (Brasil, 2011, p. 26)

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de 2011, por sua vez teve a finalidade de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. Foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A questão do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher foi mantida como um eixo temático na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada em agosto de 2007 e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em 2008. E encontra-se em consonância também com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tais como: a Declaração

Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000). (Brasil, 2011)

O conceito de Rede de Enfrentamento, cuja compreensão para nossa exposição tem especial relevância, é apresentado justamente na Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, segundo a qual o funcionamento em rede implica uma articulação de ações entre serviços e uma interação entre agentes de práticas desses serviços, voltada para a construção consensual e organizada de um projeto assistencial em comum à mulher, para mitigar ou minimizar riscos sociais que favorecem a violência e os que são decorrentes dela. (Brasil, 2011)

A proposta veio para a criação de uma política de serviços especializados, partindo de um todo articulado. Divide-se em quatro eixos norteadores: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. Pensada para funcionar sobre esses alicerces, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher é uma manifestação do Poder Público e da comunidade na busca pela redução dos elevados índices de violência de gênero no Brasil. (Brasil, 2011)

Sobre números da violência, as estatísticas divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) evidenciam que nos últimos anos vêm se observando um elevado número de casos no município de Petrópolis/RJ. Nos anos de 2017 a 2021 foram registradas 13.081 (treze mil e oitenta e uma) ocorrências, dentre as quais 5.366 (cinco mil, trezentos e sessenta e seis) referem-se apenas aos anos de 2019 e 2020. (Dossiê Mulher 2021, 2021)

Apesar desse cenário, há escassez de pesquisas no município, o que dificulta uma análise mais aprofundada de causas e consequências relacionadas a estes elevados índices de violência. O desconhecimento destes dados e de sua complexidade agrava a situação, na medida em que implica em prejuízo de atuação da rede e na incrementação das políticas públicas.

Diante da gravidade do cenário apresentado, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles do Mestrado em Direito do Programa de Pós Graduação em

Direito (PPGD) da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) organizou o projeto “O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS: Mapeamento das Formas de Violência e Análise das Políticas Públicas”, que foi submetido à FAPERJ, aprovado e financiado. Tem como objetivo mapear o perfil das mulheres vítimas, compreender a rede intersetorial de enfrentamento à violência, investigar se o aumento observado acompanha uma tendência regional-geral, se eventualmente se deve à efetividade ou inefetividade do trabalho em rede e se sofreu influência da pandemia da Covid-19 ou da catástrofe climática do ano de 2022. Trata-se de estudo de caso em que se busca produzir análises descritivas e avaliativas, para o aperfeiçoamento e fortalecimento das políticas públicas no município de Petrópolis/RJ, a redução de casos e a prevenção da violência.

No Município de Petrópolis/RJ o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) é um dos componentes da rede municipal de enfrentamento à violência. Atua no acolhimento da mulher em situação de violência, na promoção do rompimento da situação de violência e na construção de sua cidadania. Em razão da relevância de sua atuação, a referida instituição foi a primeira a ser estudada nas atividades empíricas do projeto. Para se ter uma ideia, no ano de 2023, até o início do mês de novembro, foram atendidas pela primeira vez 361 (trezentas e sessenta e uma) mulheres no CRAM Tia Alice. Não bastasse, o serviço já realizou 1.743 (mil setecentos e quarenta e três) atendimentos no total, neste mesmo ano, incluindo acompanhamentos a audiências e às delegacias, bem como abrigamentos.

Este estudo apresentará o trabalho de atendimento com as mulheres do Município de Petrópolis/RJ e analisará o resultado dos atendimentos dos anos de 2018 e 2019, o que foi possibilitado através de parceria realizada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Salles e a Coordenadora do CRAM Tia Alice, formalizada através de Termo de Cooperação, para a digitação desses dados. Classifica-se como um estudo analítico e descritivo, em que se apresenta o resultado parcial de um estudo empírico maior, realizado no bojo do já referido projeto. Na primeira seção é brevemente apresentado o CRAM enquanto instituição componente da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e, também, a composição e atividades do CRAM Tia Alice. Na segunda é delineado o método utilizado para análise dos dados de atendimentos. Na terceira são apresentados os resultados obtidos da análise dos dados de atendimentos dos anos de 2018 e 2019.

Há relevância no trabalho e em toda a pesquisa, que é inédita no Município. O conhecimento de dados sobre a violência é o que possibilita compreender o perfil da mulher vítima e os fatores histórico-sociais que impactam nos números, notadamente as interseccionalidades. Além disso, é o que autoriza a incrementação de políticas, especialmente através do empenho de verbas públicas.

## 2. O CRAM Tia Alice

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o que desencadeou um processo nacional de discussão sobre a institucionalização das políticas públicas para as mulheres. Teve como objetivo estimular a criação de mecanismos institucionais de defesa dos direitos da mulher e promover a articulação entre governos federal, estaduais e municipais, para a garantia da efetivação das ações propostas nesta área.

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2008) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007) previram uma série de políticas públicas para o fortalecimento da rede de assistência às mulheres e destinaram recursos aos estados e municípios para a construção de equipamentos sociais para a rede de assistência, como casas abrigo e centros de referência.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) objetivam o rompimento da situação de violência e a promoção da cidadania, através da orientação psicológica, social e jurídica da mulher. Os CRAM visam promover a ruptura da situação de violência por meio de ações globais e de atendimento multidisciplinar (psicológico, social e jurídico) e exercer o papel de articuladores da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. De acordo com a Norma Técnica de Padronização de 2006 têm a função de articular os equipamentos e os serviços da rede de atendimento para que as necessidades da mulher em situação de violência sejam prioritariamente consideradas, de forma geral e nos casos concretos, e para que o atendimento seja qualificado e humanizado. (Brasil, 2006) Ademais, os Centros de Referência devem fazer atividades de prevenção a violência e, pela sua articulação administrativa ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados, ainda fornecer subsídios técnicos e

estatísticos sobre a questão da violência contra a mulher para os gestores das políticas públicas. (Bonorino, 2017)

Em Petrópolis, município que integra a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o CRAM Tia Alice é o principal responsável pelo acolhimento e atendimento multidisciplinar da mulher vítima de violência e foi instituído pela Lei Municipal nº 6.411/06, que dispõe em seu artigo 1º as seguintes diretrizes norteadoras: promoção do atendimento às mulheres em situação de violência, com orientação sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência, atendimento especializado e continuado; (I) acompanhamento e auxílio às mulheres em situação de vulnerabilidade social (II); articulação de meios que favoreçam a inserção da mulher no mercado de trabalho e o acesso aos programas de capacitação (III); garantia à mulher assistida das condições de acesso aos programas de educação formal e não formal (IV); apoio jurídico necessário à mulher (V); acompanhamentos psicológicos, individuais ou em grupo para o fortalecimento da autoestima da mulher em situação de violência (VI); e prestação de informação e orientação às mulheres (VII). (Poder Legislativo, 2006) Criado no ano de 2007, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Alice da Costa Azevedo (CRAM Tia Alice) é o resultado de um convênio firmado entre a Prefeitura de Petrópolis e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em uma época em que o país contava com apenas 85 (oitenta e cinco) centros de referência. Sua inauguração ocorreu em 09/03/2007, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, e contou com a presença da então ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Nilcéa Freire. (Presidência da República, 2007)

Atualmente, a equipe do Centro de Referência conta com 01 (uma) coordenadora, 01(uma) advogada, 02 (duas) psicólogas, 02 (duas) assistentes sociais, 02 (duas) funcionárias da administração, 01 (uma) motorista e 01 (uma) auxiliar de serviços gerais. Além disso, conta com o apoio uma vez por semana de uma psicóloga voluntária que, eventualmente, realiza atividades de arteterapia com as usuárias do serviço.

O equipamento funciona para atendimentos individuais de segunda à sexta-feira das 9h às 17h e quinzenalmente às segundas-feiras realiza grupo de mulheres no período noturno. No mais, realiza esporadicamente atividades à noite ou aos fins de semana, como palestras e rodas de conversa, de acordo com a demanda no município.

Apesar do número de funcionárias não ser pequeno, não atende aos termos da Norma Técnica de Uniformização<sup>1</sup>. Além disso, os vínculos são frágeis, pois apenas dois cargos administrativos e um de assistente social são ocupados por funcionárias públicas. Os demais são cargos comissionados (coordenadora e advogada) ou contratados via RPA (Recibo de Pagamento Autônomo), de modo que tendem a ter rotatividade e, em termos gerais, ser precarizados.

Ao tratarem de desafios ético-políticos enfrentados pelos profissionais da rede de enfrentamento à violência contra mulheres, Fernando, Ribeiro e Guimarães Júnior apontam os aspectos retro mencionados exatamente como sendo aqueles que denunciam a precarização do trabalho:

No que se refere à temática aqui investigada, é possível observar na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres aspectos referentes à precarização do trabalho, com desdobramentos específicos na atuação de profissionais do serviço público. As dimensões que se destacam referem-se, principalmente, aos vínculos empregatícios, à falta de capacitação da(o)s profissionais e à escassez de psicóloga(o)s qualificada(o)s no campo da violência de gênero. (2022, p. 12)

Pelo perfil dos cargos, a configuração da equipe também sofre mudanças ao longo do tempo, em especial em épocas de mudança da gestão municipal. Em 2017 o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)<sup>2</sup> denunciou que o referido equipamento estava desestruturado, contando apenas com uma coordenadora e uma assistente social. Após a denúncia, o CRAM Tia Alice foi reestruturado e sua equipe passou a contar com coordenadora, assistente social, advogada, psicóloga e um cargo administrativo.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> O item VII da Norma Técnica de Uniformização prevê que a equipe do Centro de Referência será composta, conforme quadro abaixo, por: · 1 coordenador(a); · 2 secretários(as); · 2 assistentes sociais; · 2 psicólogos(as); · 1 advogado(a); · 2 educadores(as); · 1 ajudante-geral; · 1 segurança (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2006).

<sup>2</sup> No Município de Petrópolis, foi criado em 2002, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), o qual constitui-se em órgão deliberativo de composição paritária, entre o Poder Executivo e a Sociedade Civil, de caráter permanente, ficando responsável pela elaboração, coordenação e fiscalização das políticas públicas para o bem-estar das mulheres no âmbito do Município.

<sup>3</sup> Tribuna de Petrópolis. Após denúncia governo garante equipe para funcionamento do CRAM. Data de publicação: 01/06/2017. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/apos-denuncias-governo-garante-equipe-para-funcionamento-do-cram/>. Acesso em 28/10/2023.

### 3. Metodologia para a Análise de Atendimentos

#### 3.1 DO ARQUIVO DO CRAM E DOS DADOS DE ATENDIMENTOS

Desde a sua criação, o CRAM Tia Alice atendeu a 5.298 (cinco mil duzentas e noventa e oito) mulheres<sup>4</sup>. Desde sua instituição criou uma ficha de atendimento que foi aprimorada ao longo dos anos, pensada para uma melhor gestão e formação de subsídios para a melhoria desses atendimentos e o acolhimento da mulher em situação de violência.

O arquivo do CRAM é alimentado através do preenchimento de uma ficha física de atendimento, armazenada individualmente em envelope identificado. Todos os registros são arquivados em local apropriado e organizados cronologicamente, por ano. As fichas de atendimentos vêm sendo aprimoradas ao longo dos anos e, de um modo geral, reúnem dados sociais e econômicos das usuárias do serviço e dos ofensores; dados sobre as violências relatadas; e histórico dos atendimentos realizados.

Entre os anos de 2018 e 2023 a ficha de atendimento teve 03 (três) versões implementadas, o que evidencia uma preocupação da instituição em sua atualização contínua para melhor adequação às demandas do atendimento e à melhoria da qualidade do serviço.

Nos termos da Norma Técnica de Uniformização o primeiro atendimento da mulher acolhida no CRAM deveria ser realizado por 01 (uma) psicóloga e 1 (uma) assistente social. (Brasil, 2006) No CRAM Tia Alice, em razão da estrutura atual de pessoal, o atendimento inicial é realizado preferencialmente por duas técnicas que estejam com agenda disponível para o atendimento. Usualmente as técnicas que fazem o primeiro atendimento são a advogada e a assistente social, conforme informação da Coordenação. Uma das técnicas que realiza o primeiro atendimento tem a responsabilidade do preenchimento da ficha de atendimento, que posteriormente é alimentada por outras profissionais quando dos demais atendimentos da mulher, em todo o tempo de seu acompanhamento.

Atualmente O CRAM Tia Alice mantém o arquivo físico de todas as fichas de atendimentos das mulheres acolhidas desde sua inauguração, em 2007. Trata-se de um

---

<sup>4</sup> Dados divulgados pela Coordenadora do CRAM Tia Alice em novembro de 2023.

arquivo contendo o registro do atendimento de um total de 5.298 (cinco mil duzentos e noventa e oito) mulheres.

Em razão da relevância de sua atuação, a referida instituição foi a primeira a ser estudada nas atividades empíricas do projeto “O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS: Mapeamento das Formas de Violência e Análise das Políticas Públicas”, financiado pela FAPERJ e que tem como pesquisadoras as autoras deste trabalho.

A orientadora do projeto de pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Salles e a Coordenadora do CRAM Tia Alice firmaram Termo de Cooperação para a criação de uma base de dados com as informações que constam nas fichas, tendo como marco temporal inicial o ano de 2018. Além de beneficiar a pesquisa, essa parceria tem o potencial de beneficiar o CRAM na melhoria do atendimento prestado e na elaboração de políticas públicas.

Para a criação da base de dados, inicialmente foram analisadas as fichas de atendimento em suas diversas versões, que foram reproduzidas de forma unificada em uma planilha. Posteriormente foi montado o banco de dados, em planilhas no programa Excel, que vêm sendo alimentadas por todas as pesquisadoras do projeto, que estão digitando manualmente os dados das fichas físicas, reproduzindo referidos dados nas planilhas.

Em suma, a planilha trabalha de forma integrada e quantifica as informações a partir de uma fórmula que tem por base verificar se o dado digitado se encaixa como verdadeiro/falso para uma referência preestabelecida. Após, esses dados codificados geram gráficos que possibilitam análise dos fatores que englobam a situação de violência doméstica e, assim, auxiliam na compreensão das necessidades no atendimento multidisciplinar e em rede no combate à violência.

### 3.2 DAS FICHAS REFERENTES AOS ANOS DE 2018 E 2019

Até o momento está consolidada a análise quantitativa dos atendimentos realizados dentre os anos de 2018 e 2019, que elucidam informações relevantes acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Petrópolis/RJ.

São aqui discriminadas as versões de fichas utilizadas dentre os anos de 2018 e 2019, pois estes são os dados que já constam no banco de dados e que ora são apresentados.

A comparação entre as fichas dos anos de 2018 e 2019 foi alcançada com a análise de 12 (doze) fichas de cada ano e de meses diferentes, ou seja, uma ficha de cada mês do ano. Primeiramente foram comparadas as fichas do mesmo ano para verificar se havia modificações, o que não ocorreu durante a análise em ambos os anos vistoriados. Posteriormente foram comparadas as fichas de 2018 e 2019.

O modelo de ficha do ano de 2018 contém as seguintes informações: 1) Número da ficha de atendimento; 2) Data do acolhimento; 3) Nome da usuária; 4) Nome da mãe; 5) Endereço, bairro e município de residência; 6) Telefone e celular; 7) RG com o órgão expedidor; 8) CPF; 9) Data de nascimento; 10) Idade; 11) Naturalidade; 12) religião; 13) Contato alternativo com endereço, bairro, município, telefone fixo e celular; 14) Busca pelo serviço e suas opções de resposta; 15) Pergunta se a usuária é portadora de deficiência (e qual a deficiência); 16) Pergunta se é dependente química ou similar; 17) Pergunta se é gestante (e o período da gestação, caso seja); 18) Pergunta se há algum comprometimento neurológico/psiquiátrico; 19) Cor ou raça; 20) Orientação sexual; 21) Escolaridade; 22) Situação profissional; 23) Pergunta se há autonomia financeira e o tipo de residência (todas com opções a serem marcadas e no caso da situação profissional adicionar a profissão da usuária); 24) Inserção em programas sociais; - estado civil (ambas também com opções de marcação); 25) Composição de residência (com nome, parentesco, sexo, idade, contribuição de renda familiar com as opções sim ou não); 26) Filhos (com nome do pai, nome do filho, sexo, idade e identificação do responsável); 27) Violência Contra a Mulher (se está em situação de violência, a data, o tipo e o autor); 28) Identificação do autor (com nome, nome da mãe, endereço, bairro, município, telefone, celular, data de nascimento, idade, naturalidade, CPF, RG com órgão expedidor, cor/raça); 29) Situação profissional do autor com suas opções, profissão e renda mensal; 30) Se o autor tem dependência alcoólica, o tipo, se está em tratamento, se utiliza medicamento no momento e qual seria o medicamento utilizado; 31) Dados do Registro de Ocorrência (com número de RO e data, número de BAM, preenchimento de ficha de notificação e a razão de não ter realizado RO se for caso); 32) Avaliação de risco iminente (usuária e equipe técnica); 33) Demanda da usuária; 34) Situação apresentada; 35) Necessidades apresentadas, encaminhamentos externos, outras unidades e/ou profissionais que acompanham a usuária; 36) observações e; 37) profissional responsável pelo atendimento.

A ficha do ano de 2019 é similar à do ano de 2018, exceto no tocante aos apontamentos que adiante serão apresentados: 1) No campo “Busca Pelo Serviço”, em 2018 havia a opção de resposta “Hospital/ambulatório/PSF”. Já no ano de 2019 essa mesma opção consta apenas como “Hospital”; 2) Em 2018 constava o campo “dependência química e afins”, já em 2019 só há o questionamento sobre eventual “dependência química”; 3) quanto a Orientação Sexual, no ano de 2018 havia as opções: heterossexual, homossexual, lésbica ou bissexual. Em 2019 essas opções somem e passa a constar uma lacuna, para a inclusão por escrito da orientação sexual declarada; 4) Profissão, autonomia financeira, residência própria e renda mensal que estão contidas na ficha de 2018 na área de situação profissional, em 2019 não existem mais; 5) Em 2019 não há pergunta sobre naturalidade na identificação do autor da agressão; 6) Sobre a situação profissional do autor da agressão, em 2018 havia o questionamento do tipo, a profissão e a renda mensal, enquanto em 2019 não há mais e se torna apenas uma lacuna a ser preenchida; 7) Em 2019 não consta mais pergunta sobre eventual dependência alcoólica do autor, como constava em 2018; 8) Em 2018 na área de encaminhamento externo havia a opção “grupo de reflexão/artesanato”, que em 2019 vira a opção “grupo”; 09) Em 2019 há erro de português na área de “Outras Unidades e/ou Profissionais que acompanham a usuária” com a troca da palavra “profissionais” por “apresentadas”; 10) No ano de 2019 passa a constar uma ficha de atendimento psicológico, ou seja, atendimento específico com a psicóloga do CRAM; e 11) Também em 2019 passa a ser anexada uma folha junto a ficha, com apontamentos sobre a prestação de assistência jurídica, assinatura da profissional responsável pelo atendimento e data.

#### **4. Resultados**

As estatísticas divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) apontam que no ano de 2018 foram identificados 121.123 (cento e vinte e um mil cento e vinte e três) casos de violência contra a mulher. Esse número elevou-se para 128.364 (cento e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e quatro) casos em 2019. (Dossiê Mulher 2021, 2021)

Dentro desse número, referem-se ao Município de Petrópolis/RJ 1.062 (mil e sessenta e duas) ocorrências no ano de 2018 e 1.141 (mil cento e quarenta e uma) ocorrências no ano de 2019. (Dossiê Mulher 2021, 2021)

O conhecimento desse número de casos, que não sofreu redução, mas elevação nos anos posteriores, motivou o projeto de pesquisa, que tem como objetivos: mapear o perfil das mulheres vítimas, compreender a rede intersetorial de enfrentamento à violência, identificar as possíveis causas da elevação no número de casos, investigar se o aumento observado acompanha uma tendência regional-geral, e se sofreu influência da pandemia da Covid-19 ou da catástrofe climática do ano de 2022.

Trata-se de um estudo de caso em que se busca produzir análises descritivas e avaliativas para o aperfeiçoamento e fortalecimento das políticas públicas no município de Petrópolis/RJ, bem como a redução de casos e a prevenção da violência contra a mulher.

Já no momento inicial dos trabalhos da pesquisa identificou-se que no Município de Petrópolis/RJ o CRAM Tia Alice é um dos principais e mais atuantes componentes da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher. Em razão da relevância de sua atuação, a referida instituição foi a primeira a ser estudada nas atividades empíricas do projeto. Isso deveu-se também ao fato de uma parceria realizada entre a orientadora do projeto e o CRAM Tia Alice, formalizada através de termo de Cooperação, após a realização de um workshop ministrado pela atual coordenadora do CRAM e sua equipe às pesquisadoras.

Após essa imersão, apurou-se junto ao CRAM os números totais de primeiros atendimentos realizados desde a inauguração da instituição, que demonstram o impacto de sua atuação no enfrentamento à violência contra a mulher no Município: em 2007 foram realizados 295 (duzentos e noventa e cinco) primeiros atendimentos; em 2008 foram realizados 349 (trezentos e quarenta e nove) primeiros atendimentos; em 2009 foram realizados 338 (trezentos e trinta e oito) primeiros atendimentos; em 2010 foram realizados 324 (trezentos e vinte e quatro) primeiros atendimentos; em 2011 foram realizados 345 (trezentos e quarenta e cinco) primeiros atendimentos; em 2012 foram realizados 373 (trezentos e setenta e três) primeiros atendimentos; em 2013 foram realizados 277 (duzentos e setenta e sete) primeiros atendimentos; em 2014 foram realizados 232 (duzentos e trinta e dois) primeiros atendimentos; em 2015 foram realizados 174 (cento e setenta e quatro) primeiros atendimentos; em 2016 foram realizados 175 (cento e setenta e cinco) primeiros atendimentos; em 2017 foram realizados 256 (duzentos e cinquenta e seis) primeiros atendimentos; em 2018 foram realizados 314 (trezentos e quatorze) primeiros atendimentos; em 2019 foram realizados 383 (trezentos e oitenta e três) primeiros

atendimentos; em 2020 foram realizados 256 (duzentos e cinquenta e seis) primeiros atendimentos; em 2021 foram realizados 389 (trezentos e oitenta e nove) primeiros atendimentos; em 2022 foram realizados 423 (quatrocentos e vinte e três) primeiros atendimentos; e em 2023, até 05/10, foram realizados 319 (trezentos e dezenove) primeiros atendimentos. No mais, em números totais, em 2023 o CRAM realizou (até 05/10) 1.743 (mil setecentos e quarenta e três) atendimentos, incluídos acompanhamentos a audiências e à delegacia, bem como abrigamentos.

Neste trabalho será apresentado um resultado parcial do estudo empírico junto ao CRAM; a análise dos dados já apurados de atendimentos realizados pelo CRAM, referente aos anos de 2018 e 2019.

Quanto ao ano de 2018, alguns dados importantes merecem ser destacados. Em 2018 foram realizados 314 (trezentos e quatorze) primeiros atendimentos no CRAM Tia Alice. A maior parte das vítimas declarou-se residente na cidade de Petrópolis/RJ - 293 (duzentos e noventa e três) mulheres: 20 (vinte) no bairro Quitandinha, 16 (dezesesseis) no Centro, 13 (treze) em Corrêas, 12 (doze) na Mosela e 12 (doze) no Alto da Serra, sendo as demais em localidades diversas. Quanto ao acesso ao CRAM, 121 (cento e vinte e uma) mulheres chegaram encaminhadas pela Delegacia de Polícia, 37 (trinta e sete) vieram após Busca Ativa<sup>5</sup>, 23 (vinte e três) chegaram por Demanda Espontânea<sup>6</sup>, e as demais vieram oriundas de portas de entrada diversas. Além disso, 16 (dezesesseis) mulheres declararam-se portadoras de deficiência; 31 (trinta e uma) declararam fazer acompanhamento psicológico ou psiquiátrico; 148 (cento e quarenta e oito) se declararam brancas, 77 (setenta e sete) pretas e 62 (sessenta e duas) pardas; 52 (cinquenta e duas) se declararam evangélicas, 43 (quarenta e três) católicas e 08 (oito) sem religião; 87 (oitenta e sete) não possuir ensino fundamental completo, 63 (sessenta e três) possuir ensino médio completo e 59 (cinquenta e nove) ter ensino médio incompleto; 112 (cento) se declararam desempregadas; 113 (cento e treze) se declararam solteiras no momento da agressão; e 121 (cento e vinte e uma) declararam mais de cinco anos de união ao tempo da agressão.

<sup>5</sup> Foram procuradas e contactadas pelo CRAM, após o equipamento receber a notícia da situação de violência vivenciada pelas referidas vítimas.

<sup>6</sup> Buscaram voluntariamente o serviço.

Quanto ao tipo de violência, prevaleceram no referido ano as violências físicas e psicológicas:

Tabela 1

<b>Tipo de Violência</b>	<b>Casos Registrados</b>
Violência Física	178
Violência Psicológica	185
Violência Moral	127
Violência Patrimonial	72
Violência Sexual	40

Fonte: Autoria Própria

Quanto aos delitos registrados, prevaleceram os crimes de ameaça, lesão corporal leve e injúria:

Tabela 2

<b>Delitos</b>	<b>Casos Registrados</b>
Lesão Corporal Leve	25
Lesão Corporal Grave	4
Lesão Corporal Gravíssima	0
Lesão Corporal Incapacitante	0
Estupro	13
Importunação Sexual	2
Assédio	1
Intimidação	0
Ameaça	60
Perseguição	0
Difamação	3
Injúria	22
Calúnia	0
Tentativa de Femicídio	8

Autoria Própria

Quanto aos autores de violência, 68 (sessenta e oito) eram ex-companheiros, 54 (cinquenta quatro) companheiros e 42 (quarenta e dois) eram maridos; 87 (oitenta e sete) eram brancos, 49 (quarenta e nove) pardos e 43 (quarenta e três) pretos; 61 (sessenta e um) desempregados; 96 (noventa e seis) dependentes alcoólicos e 88 (oitenta e oito) dependentes de drogas.

Por fim, 72 (setenta e duas) mulheres possuíam medidas protetivas, sendo que 29 (vinte e nove) delas declararam que a medida já teria sido descumprida.

Em 2019 foram realizados 383 (trezentos e oitenta e três) primeiros atendimentos.

A maior parte das vítimas declarou-se residente na cidade de Petrópolis/RJ - 353 (trezentos e cinquenta e três) mulheres: 23 (vinte e três) no Centro, 19 (dezenove) no Quitandinha, 16 (dezesesseis) no Independência, 15 (quinze) no Alto da Serra, 13 (treze) no Caxambu e 13 (treze) em Itaipava, sendo as demais em localidades diversas. Quanto ao acesso ao CRAM, 99 (noventa e nove) vieram encaminhadas por Delegacia de Polícia, 33 (trinta e três) por Busca Ativa, 16 (dezesesseis) por Demanda Espontânea e as demais encaminhadas por portas de entrada diversas. Além disso, 18 (dezoito) mulheres declararam-se portadoras de deficiência; 182 (cento e oitenta duas) declararam-se brancas, 97 (noventa e sete) pardas e 65 (sessenta e cinco) pretas; 100 (cem) mulheres declararam não possuir ensino fundamental completo, 88 (oitenta e oito) declararam ter ensino médio completo e 48 (quarenta e oito) ensino médio incompleto; 127 (cento e vinte e sete) declararam-se desempregadas; 129 (cento e vinte e nove) se consideravam solteiras no momento da agressão; e 174 (cento e setenta e quatro) estavam há mais de cinco anos na relação.

Quanto ao tipo de violência, também em 2019 prevaleceram as violências físicas e psicológicas:

Tabela 3

<b>Tipo de Violência</b>	<b>Casos registrados</b>
Violência Física	196
Violência Psicológica	225
Violência Moral	157
Violência Patrimonial	79
Violência Sexual	50

Fonte: Autoria Própria

Quanto aos delitos registrados, prevaleceram os crimes de ameaça, lesão corporal leve e injúria:

Tabela 4

Delitos	Casos Registrado
Lesão Corporal Leve	50
Lesão Corporal Grave	5
Lesão Corporal Gravíssima	2
Lesão Corporal Incapacitante	0
Estupro	19
Importunação Sexual	3
Assédio	0
Intimidação	4
Ameaça	81
Perseguição	3
Difamação	1
Injúria	47
Calúnia	0
Tentativa de Femicídio	5

Fonte: Autoria Própria

Quanto aos autores de violência, 78 (setenta e oito) eram ex-companheiros, 48 (quarenta e oito) companheiros e 41 (quarenta e um) eram maridos; 76 (setenta e seis) eram brancos, 47 (quarenta e sete) pardos e 27 (vinte e sete) pretos; 33 (trinte e três) desempregados; 93 (noventa e três) dependentes alcoólicos e 70 (setenta) dependentes em drogas.

Por fim, 59 (cinquenta e nove) mulheres possuíam medidas protetivas, sendo que 18 (dezoito) delas declararam que a medida já teria sido descumprida.

Comparando os dados referentes aos anos de 2018 e 2019 observou-se um crescimento em todos os cinco tipos de violência. No entanto, observou-se que a violência psicológica veio representando, desde o ano de 2017, o maior índice de crescimento em relação aos outros tipos de violência.

Segundo o Dossiê Mulher, publicado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), somente no ano de 2018 foram registradas nas delegacias de polícia 942 (novecentos e quarenta e duas) vítimas de violência psicológica (Dossiê Mulher 2021, 2021). Dessas mulheres, 178 (cento e setenta e oito) foram atendidas e acolhidas pelo CRAM Tia Alice. Em 2019, foram 1.016 (mil e dezesseis) vítimas de violência psicológica, sendo que 196 (cento e noventa e seis) delas encontraram um espaço seguro de acolhimento no Centro de Referência.

Os delitos que apresentaram taxa de crescimento mais evidente foram os de lesão corporal leve, estupro, ameaça e injúria. O número de casos em que foi reportado crime de lesão corporal leve dobrou em 2019 em relação ao ano anterior, com 50 (cinquenta) mulheres vítimas desse tipo de violência. No que se refere aos crimes de ameaça e injúria, o aumento também foi expressivo: em 2018 o delito de ameaça foi reconhecido em 60 (sessenta) dos 293 (duzentos e noventa e três) atendimentos feitos pelo CRAM Tia Alice. Em 2019, este número subiu para 81 (oitenta e uma) vítimas. Quanto ao delito de injúria, 22 (vinte e duas) mulheres foram vítimas em 2018, enquanto 47 (quarenta e sete) mulheres foram vítimas do mesmo delito em 2019. No tocante ao crime de feminicídio tentado, em 2018 e 2019 foram registrados 23 (vinte e três) casos e, ainda, 2 (dois) feminicídios consumados. Esses números são alarmantes e para freá-los é que os mecanismos articulados trabalham.

Sobre o perfil das mulheres, em 2018 foi de maioria branca. Mesmo se somadas as autodeclaradas pretas e autodeclaradas pardas, o número de vítimas brancas superou o de vítimas pretas, pardas e amarelas atendidas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Município de Petrópolis/RJ apurada no censo 2010 é de maioria branca, mesmo se consideradas somadas as outras raças, cores ou etnias. Essa característica estende-se aos grupos divididos por sexo ou gênero. Mulheres são maioria da população. Mulheres brancas são maioria na população de mulheres, o que pode justificar o fato de o CRAM Tia Alice atender, em maior número, mulheres brancas:

Figura 1

Tabela 2093 - População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População														
Variável - População residente (Pessoas)														
Município - Petrópolis (RJ)														
Situação do domicílio - Total														
Grupo de idade - Total														
Ano - 2010														
Cor ou raça x Sexo														
Branca			Preta			Amarela			Parda			Indígena		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
187.547	87.433	100.115	31.790	15.854	15.935	979	436	543	75.319	37.161	38.158	282	112	170

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

Ademais, é importante pontuar que apesar de um avanço no sentido de aperfeiçoamento ao amparo e atendimento à mulher vítima de violência, a atuação mesmo em rede enfrenta críticas, porque as instituições e equipamentos podem deixar de considerar as especificidades necessárias para o atendimento de grupos atravessados por interseccionalidades em suas necessidades mais diversas. Em outras palavras, o serviço do CRAM pode estar atendendo em graus diferentes mulheres brancas e não brancas, por questões diversas, como por exemplo e hipótese sua localização territorial. Conforme leciona a Profa. Dra. Carla Akotirene:

(...) podemos exemplificar inúmeros expedientes continuativos dessa violência de gênero atravessada por raça – supostamente resolvida pelo Estado através do encarceramento – que se manifesta na inoperância das delegacias de atendimento à mulher aos sábados, domingos e feriados, nos horários noturnos e madrugada, períodos de maior ocorrência de violências contra as mulheres negras moradoras de bairros periféricos; redes de atendimento e centros de referência geralmente instalados longe dos territórios vulnerabilizados, em prejuízo às rotas feitas pelas vítimas em busca de apoio jurídico e suporte psicossocial. Tudo isto somado o fato de o sistema de notificação ser denso e exaustivo, além de conduzido por profissionais que não conhecem a política de atenção à saúde da população negra, encarando o problema de saúde como sendo de segurança pública. A cor da vítima para ser autodeclarada durante a notificação da violência sofrida atesta um dado mal coletado, em prejuízo da consistência dos relatórios elaborados pelas governanças acerca das assimetrias de raça e gênero e, metodologicamente, tornam defasadas políticas públicas de promoção da igualdade, saúde, assistência, mulheres, por desconhecerem identidades interseccionais passíveis da transversalidade orçamentária e de gestão. (Akotirene, 2019, p. 40)

Ademais, as vítimas foram em maior número evangélicas, de baixa escolaridade e desempregadas; solteiras à época da agressão e com mais de cinco anos de união.

Em 2019, repetiu-se o perfil de mulheres brancas, de baixa escolaridade, desempregadas, solteiras à época da agressão e com mais de cinco anos de união. No entanto, que se declararam sem religião.

No tocante ao perfil do agressor, o maior número identificado foi de ex-companheiros. Em 2018, em 68 (sessenta e oito) casos o agressor tratava-se de um ex-companheiro. Em 2019, 78 (setenta e oito) mulheres foram vítimas de agressão por parte de seu ex-companheiro. Esses dados evidenciam o perigo para a mulher que é o terminar a relação ou romper o ciclo da violência. Ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados representaram 111 (cento e onze) dos 293 (duzentos e noventa e três) atendimentos realizados no ano de 2018. Em 2019, representaram 137 (cento e trinta e sete) dos 353 (trezentos e cinquenta e três) atendimentos. Em 2018 eram em maior número ex-

companheiros, pretos ou pardos e desempregados. Em 2019 eram em maior número ex-companheiros, brancos e desempregados. Identificou-se um considerável número de dependentes de drogas ou álcool em ambos os anos.

Sobre a chegada da mulher vítima até o CRAM, verificou-se que as delegacias foram as principais responsáveis pelo encaminhamento. Em ambos os anos a maior parte das mulheres veio ao equipamento encaminhada pelas Delegacias de Polícia. Em 2018, as 105<sup>a</sup> e 106<sup>a</sup> Delegacias de Polícia encaminharam 121 (cento e vinte e uma) mulheres para acolhimento no CRAM Tia Alice. Em 2019, esse número caiu para 99 (noventa e nove) encaminhamentos.

Quanto ao tipo de violência, em ambos os anos prevaleceram violências físicas e psicológicas, sendo os mais incidentes os crimes de ameaça, lesão corporal leve e injúria. Além disso, comparando os dados referentes aos anos de 2018 e 2019, é possível observar um crescimento em todos os cinco tipos de violência.

Por fim, em ambos os anos um grande número de mulheres chegou ao CRAM já possuía medidas protetivas e parte delas declarou que a referida medida já teria sido descumprida.

## 5. Conclusão

Através dos trabalhos de pesquisa empírica realizados pelas autoras foi possível a coleta de dados sensíveis sobre a violência contra a mulher e a atuação do CRAM Tia Alice enquanto integrante da rede de enfrentamento no Município de Petrópolis/RJ. O trabalho realizado permitiu a coleta e sistematização de dados sobre a complexidade da violência contra a mulher no Município, no tocante aos anos de 2018 e 2019.

Este trabalho tem a pretensão de ser a parte inicial de um estudo maior, que compreenderá anos posteriores e equipamentos diversos, dentre aqueles que compõem a rede municipal de enfrentamento à violência no Município de Petrópolis/RJ.

É um trabalho inédito na cidade e traz resultados potencialmente promissores para a incrementação e inovação nas políticas públicas de atendimento à mulher e de fortalecimento da rede de enfrentamento à violência.

Através dos resultados, torna-se possível a identificação de lacunas na coleta de dados e no atendimento; bem como identificação do perfil das usuárias do serviço e de

como são impactadas pelas interseccionalidades, fatores sociais, econômicos e raciais diversos.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. ~ São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro) ISBN 978-85-98349-69-5 1. Feminismo 2. Negras 3. Mulheres 4. Discriminação 5. Identidade social 6. Identidade de gênero 7. Opressão (Psicologia) I. Título II. Ribeiro, Djamilia III. Série

BONORINO, Elaine Bello. 2017. Atuação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Vila Velha- CRAMVIVE. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha. Vila Velha, ES. 2017. CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência Doméstica: Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia, Araraquara**, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em 07 novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) Acesso em: 16 nov. 2022.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino e NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde** [online]. 2015, vol.24, n.3, pp.551-558. ISSN 1679-4974. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Bjz85dyVbTjY5mbhfYncnKF/?lang=pt#>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DOSSIÊ MULHER 2021 [livro eletrônico]. - 16. ed. - Rio de Janeiro, RJ : **Instituto de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <https://www.isp.rj.gov.br/sites/default/files/2022-05/DossieMulher2021%20%281%29.pdf> Acesso em 01 dez. 2023.

FERNANDO, Cintia Carius Ferreira; RIBEIRO, Suelen Abreu Agassis; GUIMARÃES JÚNIOR, Sergio Dias. DIMENSÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO TRABALHO DA PSICOLOGIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: LAÇOS E DESENLACES DA REDE DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL. **Revista Estação Científica**, Centro Universitário Estácio Juiz de Fora, 2022. Disponível em: [https://portaladm.estacio.br/media/4687978/dimens%C3%B5es-%C3%A9tico-pol%C3%ADticas-do-trabalho-da-psicologia-no-combate-%C3%A0-viol%C3%A0ncia-contra-mulheres\\_la%C3%A7os-e-desenlaces-da-rede-de-enfrentamento-no-brasil.pdf](https://portaladm.estacio.br/media/4687978/dimens%C3%B5es-%C3%A9tico-pol%C3%ADticas-do-trabalho-da-psicologia-no-combate-%C3%A0-viol%C3%A0ncia-contra-mulheres_la%C3%A7os-e-desenlaces-da-rede-de-enfrentamento-no-brasil.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Sistema IBGE de Recuperação Automática: SIDRA. In: GOVERNO FEDERAL (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **SIDRA**: Banco de Tabelas Estatísticas. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2093#resultado>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Brasil). Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 2006. **Norma Técnica de Uniformização - Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência**, [S. l.], 2006. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/norma\\_tecnica\\_de\\_uniformizacao](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/norma_tecnica_de_uniformizacao). Acesso em: 11 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Violência contra as mulheres. In: **Violência contra as mulheres**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PODER LEGISLATIVO. Lei Municipal nº 6.411, de 20 de dezembro de 2006. CRIA O CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **LEI MUNICIPAL Nº 6.411: CRIA O CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, [S. l.], 19 dez. 2006. Disponível em: <https://petropolis.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=20066411&NroLei=6.411&Word=6411&Word2=>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Ministério das Mulheres. Petrópolis tem o seu primeiro Centro de Referência e Atendimento à Mulher: Nilcéa Freire e o prefeito de Petrópolis assinam termo de adesão Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Nilcéa Freire e o prefeito de Petrópolis assinam termo de adesão Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. In: **Acesso à Informação**. Brasília, 15 mar. 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2007/03/noticia\\_centroreferecnai\\_petropolis](https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2007/03/noticia_centroreferecnai_petropolis). Acesso em: 11 dez. 2023.

SANTOS, J. D. L. B., SANTOS, C. V. M. dos. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Revista Contexto & Saúde**, 20 (40), p. 139-148. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2020.40.139-148>. Acesso em 07 de novembro de 2023.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>. Acesso em: 27 maio 2023.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras->

referencias/copy2\_of\_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 27 maio 2023.